

APRESENTAÇÃO

O Arquivo Nacional está celebrando 180 anos e por isso lança esta edição comemorativa da revista *Acervo* dedicada ao tema “Estado da arte da arquivologia no Brasil”.

Pretendemos apresentar um panorama da arquivologia brasileira, considerando o cenário atual e as perspectivas de desenvolvimento no futuro, contemplando ainda os debates no âmbito dos documentos digitais.

As instituições arquivísticas desempenham, hoje, um papel estratégico na sociedade. Além das funções de organizar, preservar e dar acesso à informação pública, essas instituições abarcam também, em sua multidimensionalidade, o exercício da autoridade arquivística na gestão de documentos, ações culturais e de compromisso com o campo da memória social, servindo tanto à salvaguarda do patrimônio arquivístico documental quanto à gestão e governança do Estado a serviço da cidadania.

Nesse contexto, a dimensão mais fortalecida tem sido a legitimação acadêmica e institucional por meio da realização de eventos científicos e da publicação de periódicos e pesquisas acadêmicas, nas quais se percebe uma perspectiva clara sobre a configuração dos estudos arquivísticos como campo disciplinar, com especial ênfase no âmbito nacional, mediante ações de universidades no ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão em arquivologia.

Para apresentar esse panorama no âmbito da América Latina, a *Acervo* entrevista Mercedes de Vega, atual diretora do Arquivo Nacional do México e presidente da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA), referência na área como acadêmica e gestora. A entrevista procurou destacar, a partir do contexto mexicano, o papel dos arquivos nacionais na implementação dos direitos de acesso à informação e proteção de dados; a perspectiva de ampliação da ALA como espaço de diálogo entre arquivistas e instância para o compartilhamento e a difusão de produções acadêmicas; e os desafios para a concretização da multidimensionalidade dos arquivos e o fortalecimento da arquivologia.

No primeiro artigo do dossiê dedicado aos 180 anos do Arquivo Nacional, Angelica Alves da Cunha Marques procurou ilustrar o estado da arte da pesquisa em arquivologia no Brasil, a partir de uma abordagem quantitativa e qualitativa sobre a identidade da área como disciplina científica. Para isso, apresenta um mapeamento com indicadores da produção científica sobre arquivos e arquivologia no país contextualizados, desde 2002. Os números levantados apontam para um campo do conhecimento em “visível expansão”. Sua reflexão considera os diálogos da arquivologia com outras áreas em uma configuração interdisciplinar baseada nessas interlocuções, além de institucionalmente vinculada à ciência da informação.

Em seguida, José Maria Jardim se propôs a problematizar a gestão arquivística a partir das diversas e complexas alterações contemporâneas que vêm ocorrendo na sociedade e no Estado brasileiros, relacionando-as à noção de governança arquivística. O autor caracterizou

os processos microarquivísticos pelos aspectos técnico-científicos inerentes ao desenvolvimento de funções arquivísticas e os macroarquivísticos na organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos.

Johanna Wilhelmina Smit buscou uma aproximação entre o controle de vocabulário e o processamento de acervos arquivísticos, discutindo a descrição arquivística e a importância do uso de listas normalizadas com nomes de pessoas, instituições, tipos documentais, além da classificação de funções e atividades com termos controlados e recursos remissivos. A autora reconhece ser o vocabulário controlado uma ferramenta desenvolvida pela biblioteconomia, associada à indexação de assuntos, com potencial de integrar a descrição dos documentos na medida em que a recuperação da informação não é vista como acessória.

A formação dos fundos arquivísticos é discutida por Renato Pinto Venancio e Lidiany Silva Barbosa a partir dos fundamentos conceituais da arquivologia, potencializando o desenvolvimento epistemológico da área. Os arquivos públicos podem ser considerados ambientes de custódia de acervos documentais oriundos de órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, de pessoas, empresas, entidades religiosas, sindicatos, partidos políticos, mas esses conjuntos de documentos não devem ser considerados, a priori, “fundos arquivísticos”. Os autores enfatizam a necessidade de identificação dos contextos de produção e vínculos entre os documentos como elementos fundamentais para que sejam caracterizados dessa forma, alertando para o fato de que não basta ser relativo a uma entidade física ou à totalidade de documentos produzidos por uma instituição ou pessoa física para que seja denominado como fundo.

Em seus estudos sobre análise documental de imagens, Sérgio Matias da Silva e Aline Lopes de Lacerda abordam o processo de mediação implícita entre o documento imagético e o usuário. Adotam um modelo conceitual de análise de conteúdo de imagens considerando o caráter informativo, social e histórico do documento. Compreendem as ações do fazer arquivístico como um processo informacional que realiza a mediação desde a constituição do acervo, o processamento técnico dos documentos até o seu manuseio pelo usuário. É assim que os autores reconhecem um processo de análise documental e de conteúdo capaz de conferir sentidos ao usuário, para gerar informação e conhecimento.

A resenha do livro *O arquivo e o lugar* foi elaborada por Rosale de Mattos Souza e reconhece a contribuição da tese de doutorado de Margareth da Silva como um estudo que contempla aspectos ligados à epistemologia da arquivologia, com destaque para enfoques conceituais relacionados ao arquivo e ao seu lugar de custódia.

A publicação deste dossiê da revista *Acervo*, além de comemorar os 180 anos do Arquivo Nacional, procurou reforçar o compromisso da instituição com o desenvolvimento da arquivologia, iluminando sua interdisciplinaridade e as tendências contemporâneas da pesquisa, de modo a fomentar o debate sobre o tema arquivístico.

ADRIANA COX HOLLÓS
ELIEZER PIRES DA SILVA